



PERSPECTIVAS DECOLONIAIS PARA UM DESIGN PLURIVERSAL

BRUNA FERREIRA MONTUORI

School of Architecture, Royal College of Art, Kensington Gore, South Kensington, Londres, Reino Unido, CEP: SW7 2EU / Telefone: +44 020 7590 4140

<https://orcid.org/0000-0001-7688-1105>

bruna.montuori@network.rca.ac.uk

Dados do financiamento da pesquisa: CNPq n° processo 201660/2018-0

Recebido: 30.10.2020

Aceito: 16.06.2021

VIVIANE MATTOS NICOLETTI

Universidade São Judas Tadeu. Endereço: Av. Angélica, 2565 - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01227-200 / Telefone: (11) 2799-1677

<https://orcid.org/0000-0001-7150-3375>

vivianenicoletti@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to reflect on the different nuances that Brazilian design can take in the face of decolonial narratives, which break with universal ideals for others based on the pluriverse (ESCOBAR 2016). We seek to understand the hegemonic position of the discipline to question its dominant place in the light of theories that elucidate the coloniality of power (QUIJANO, 2000). Through two lines of thought – border thought, which theorizes from the epistemic frontiers, and intersectional thought, which looks to the voids in the intersection of categories of race, gender, class and work – we raise theoretical and practical reflections that guide practitioners towards an attitude aligned with decolonial thought. The article is divided into three parts: (1) the relations between modernity and coloniality applied to the Brazilian context; (2) Brazilian design analyzed through border and intersectional thoughts; and (3) theoretical and practical reflections for the construction of a decolonial perspective for a pluriversal design. Based on these points, we address alternative paths to Brazilian design, which is based on emancipatory practices that guide the autonomy and freedom of subjectivities.

Palavras-chave: Design brasileiro, perspectiva decolonial, colonialidade.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as diferentes nuances que o design brasileiro pode tomar diante de narrativas decoloniais, que rompem com ideais universais por outros baseados no pluriverso (ESCOBAR 2016). Buscamos aqui compreender o posicionamento hegemônico do campo a fim de questionar seu lugar dominante à luz de teorias que elucidam a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000). Por meio de duas abordagens de pensamento – o fronteiro, que teoriza a partir das fronteiras epistêmicas, e outro interseccional, que olha a partir dos vazios nos encontros de categorias de raça, gênero, classe e trabalho – levantamos reflexões teóricas e práticas que orientam praticantes para uma atitude alinhada ao pensamento decolonial. O artigo divide-se em três partes: (1) as relações entre modernidade e colonialidade aplicadas ao contexto brasileiro; (2) o design brasileiro sob as lentes de pensamentos interseccional e fronteiro; e (3) reflexões teóricas e práticas para a construção de uma perspectiva decolonial para um design pluriversal. Com base nesses pontos, endereçamos caminhos alternativos ao design brasileiro, que tem como base práticas emancipatórias que orientam para a autonomia e a liberdade das subjetividades.

Keywords: Brazilian design, decolonial perspective, coloniality.

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1950 e 1960, o design se estabeleceu no Brasil como uma profissão que espelhava a modernidade, tendo como força motora os ideais de racionalidade, funcionalidade e o avanço industrial. Influenciado pelo contexto pós-guerra, o campo refletia em suas bases de pensamento a estratégia de modernização conduzida por agências internacionais de desenvolvimento como o FMI, o Banco Mundial e as Nações Unidas (ESCOBAR, 2016). A estratégia promovia o bem-estar social a partir de ideais ocidentais científicos e tecnocráticos, em que o progresso se dava pela produtividade e a acumulação de riquezas de uma nação (ACOSTA, 2016).

Para os países de “primeiro mundo” – de acordo com a ordem de poder vigente da época –, tratava-se de um momento de reconstrução e avanço para o progresso, uma reafirmação do poder ocidental em um cenário de guerra fria e disputa armamentícia. Do outro lado da Linha do Equador, os países do chamado “terceiro mundo”, observados pelas lentes ocidentais, lidavam com um momento de crises humanitárias e a ausência da industrialização, carecendo de medidas civilizatórias que abriam mão de um passado primitivo para entrar no projeto desenvolvimentista. Arturo Escobar (1995, p. 46), ao investigar as bases que formataram a concepção de “terceiro mundo”, menciona o ambicioso projeto das nações imperialistas em propiciar as condições necessárias para replicar os aspectos que caracterizavam *“as sociedades avançadas naquele tempo: altos índices de industrialização e urbanização, a tecnificação da agricultura, o rápido crescimento da produção material e o padrão de vida, e a adoção da educação moderna e seus valores culturais”*.

Para o autor (Idem), o projeto de modernização representava uma nova forma de colonização aos países subjugados à dominação europeia e estadunidense em vista de seu caráter autoritário e explorador. Como veremos adiante, as relações entre a colonização e o projeto modernizador são, como apontam os autores Walter Mignolo e Madina Tlostanova (2016), duas faces da mesma moeda, agindo como um vetor que aponta sua força para um projeto único: a per-

manência do pensamento ocidental como o predominante no mundo.

Embora o Brasil já possuísse suas próprias tradições com o moderno, reconhecidas principalmente nas trajetórias dos campos da arquitetura e do urbanismo (CAVALCANTI, 2001), o design foi o agente propulsor dessa herança pela vertente da produção industrial em massa para o acesso democrático a bens materiais e serviços (MAGALHÃES, 1998). É a partir dos legados deixados pelo design institucionalizado em bases modernas e, posteriormente, neoliberais, que este artigo visa aprofundar a noção de colonialidade do design no contexto brasileiro. Como veremos adiante, a colonialidade vai perpetuar “a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje” (MIGNOLO, 2017, p. 2), possibilitando a sua manutenção na hegemonia global. Buscamos aqui localizar o lugar do design – como campo de estudo e ação projetual – nos discursos eurocêntricos (QUIJANO, 2000) e entender seu caráter dominante no Brasil.

O artigo tem como objetivo traçar reflexões teóricas e práticas que nos auxiliam na construção de uma perspectiva decolonial para o campo no país. Para tanto, dentro dos amplos estudos e conceitos da decolonialidade construídos para formar uma nova epistemologia, recorreremos a duas abordagens. Essas são o pensamento interseccional, discutido a partir dos estudos de gênero produzidos por pesquisadoras feministas (LUGONES, 2008; GONZALEZ 2019; FEDERICI, 2014), e o pensamento fronteiriço, elaborado por Walter Mignolo (2011) e inspirado em teorias pós-coloniais e pensadores fronteiriços críticos, além das reflexões provocadas pela rede de pesquisa Modernidade/Colonialidade (M/C) (BALLESTRIN, 2013). Por meio dessas, analisaremos a noção de colonialidade do design no Brasil e, também, por onde estruturamos nossas reflexões para questionar futuros caminhos de ação.

Buscamos compreender as diferentes facetas que o design brasileiro pode tomar diante das narrativas decoloniais. O artigo divide-se em três partes: (1) *as relações entre modernidade e colonialidade aplicadas ao contexto*

brasileiro, apresentando a origem desses debates, suas intenções teóricas e como seu desdobramento pode ser estendido ao nosso país; (2) *o design brasileiro sob as lentes de pensamentos interseccional e fronteiriço*, a fim de compreender os diferentes ângulos que o design espelha diante da perspectiva decolonial; e (3) *reflexões teóricas e práticas para a construção de uma perspectiva decolonial no design brasileiro*, trazendo diferentes aspectos que são aqui revisitados à luz da prática projetual. Buscamos, por esses pontos, questionar a colonialidade do design brasileiro e seus desafios de atuação com base em uma perspectiva decolonial.

AS RELAÇÕES ENTRE MODERNIDADE E COLONIALIDADE APLICADAS AO CONTEXTO BRASILEIRO

Os estudos decoloniais advêm de um esforço de intelectuais latino-americanos em construir uma epistemologia a partir do Sul Global, formando o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) no final da década de 1990. A proposta do M/C era de radicalizar a abordagem construída pelo grupo latino-americano de Estudos Subalternos¹, desagregado em 1998. Discordâncias entre seus componentes se deram porque o grupo de Estudos Subalternos utilizava uma epistemologia pautada no Norte Global, devido a influências da Escola subalterna Sul-asiática, na qual o grupo M/C se inspirou para se formar (BALLESTRIN, 2013). Como narra o ex-membro Santiago Castro-Gómez (ALACIP, 2020), a rede de pesquisadores de diversos países latino-americanos se desmembrou em 2006 por conta de discordâncias políticas e conceituais². Entre essas, o apoio de membros a governos de esquerda que ascenderam ao poder, visto por outros membros como uma

adequação ao mundo colonial e capitalista. Outros motivos de ordem conceitual e teórica provocaram também divisões no grupo, como a não concordância sobre a repulsa totalizante acerca da modernidade e seus vínculos com o capitalismo e a colonialidade. Além de discordâncias com a perspectiva decolonial apenas por seu viés geopolítico, perdendo sentido em questões da filosofia e da subjetividade.

Enquanto atuante, o cerne do debate do grupo M/C estava na ampliação dos discursos contra a corrente da modernidade para o resto do mundo ao invés de se ater apenas ao reconhecimento do discurso do oprimido. Ao longo de seus quase trinta anos de existência, o grupo M/C é composto por intelectuais³ que focam em um programa de investigação que busca pensar “ao contrário das grandes narrativas modernistas – cristianismo, liberalismo e marxismo – situando seu questionamento nas próprias bordas dos sistemas de pensamento e pesquisa para a possibilidade de modos de pensamento não eurocêtricos” (ESCOBAR, 2003, p. 53). Deste modo, sua “principal força orientadora (...) é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos” (Idem), contribuindo para a construção de uma epistemologia pautada nas experiências latino-americanas.

Um dos pioneiros é Aníbal Quijano (2000), sociólogo peruano, que aponta que, apesar de a colonização ter terminado, suas relações de poder ainda se mantêm vivas por meio da colonialidade. Para o autor (idem), a continuidade dessas relações de poder abarca dimensões da economia, da natureza e dos recursos naturais, de gênero e sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (Idem; MIGNOLO, 2000, BALLESTRIN, 2013). O trabalho de Quijano, em especial, aponta como tais relações de poder se fortaleceram em pro-

¹ O grupo de Estudos Subalternos é composto por autores de países de colonização recente que focaram nos estudos pós-imperiais e pós-coloniais entre o final da década de 1970 e durante a década de 1980. Ver mais em: Ballestrin, 2013.

² Ver entrevista de Santiago Castro Gómez no evento online Primer Encuentro del Ciclo Virtual Cartografías del Pensamiento Político. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RhRX369QNVY>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

³ Entre os autores envolvidos estão Walter D. Mignolo, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, María Lugones, Gloria Anzaldúa, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh e outros cientistas sociais e políticos que se destacam por evidenciar o apagamento histórico das sociedades não ocidentais – incluindo seus conhecimentos, subjetividades, tradições e trajetórias – pela hegemonia ocidental. Ver mais em: Ballestrin, 2013.

cessos de classificação de raça e identidade social e seus desdobramentos nas relações de trabalho. Tais aspectos podem ser enxergados na hegemonia da raça branca como colonizadora em relação às raças colonizadas tratadas como inferiores. Para estruturar esse pensamento, Quijano (Ibid., p. 120) afirma que:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista.

Enquanto Quijano foca seu olhar na classificação de raça, na divisão do trabalho e centralidade do capitalismo na Europa, outros autores do grupo vão, posteriormente, construir uma série de reflexões sobre a colonialidade do poder em outras dimensões. Entre eles, Nelson Maldonado-Torres (2007) analisa a colonialidade do poder a partir da dimensão subjetiva do ser, analisando como os discursos modernos perpetuam uma lógica de vida que racionaliza o conhecimento, os sentimentos, a cultura, homogeneizando o modo de ser e pensar europeus como universais.

Trazendo esses aspectos para o contexto brasileiro, Darcy Ribeiro (2006) reflete sobre a exploração e a catequização de povos indígenas no período colonial.

Segundo Ribeiro (Ibid., p. 49), esses eram vistos pelos colonos como *“gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão”*. Ribeiro nos dá um gancho para compreender como a imposição de uma perspectiva eurocêntrica e o viés da apropriação e violência atravessavam as diferentes dimensões presentes no Brasil colonial: do ser, da raça, do trabalho e do gênero. Luciana Ballestrin (2013, p. 13), ao levantar a trajetória do grupo M/C, menciona que é na *“identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos”* que a diferença colonial é estabelecida, *“produzida e reproduzida pela colonialidade do poder”*. É na ausência de uma visão que integra essas categorias que determinados grupos sociais são mais oprimidos e explorados nas relações de poder.

A categorização é também explorada por Maria Lugones (2008), também participante do grupo M/C, que analisa com cautela a dimensão de gênero e sexualidade. Ela parte da colonialidade do poder elaborada por Quijano (2000) para indicar que é preciso mais do que uma compreensão sobre sexo, seus recursos e produtos para se entender as dinâmicas que envolvem gênero. Lugones lança luz sobre a ideia de que a *“função reprodutiva”* é aquela atribuída como característica central da mulher, uma verdade biológica imposta pela supremacia branca ocidental. Para ela, a lógica de separação em categorias distorce o que se encontra na intersecção, impedindo que os encontros entre gênero, raça, classe e trabalho sejam enxergados integralmente, e permitindo que situações como a violência contra as mulheres de cor⁴ se mantenham encobertas. Voltando ao trabalho de Ribeiro (2006), tal aspecto fica evidente quando ele localiza as *“índias”* como aquelas que vão gerar, a partir do seu ventre, a vasta prole mestiça no Brasil, revelando a imposição de seu papel reprodutivo histórico na divisão social e do trabalho.

Outra autora que nos ajuda a compreender a colonialidade de gênero no Brasil é Lélia Gonzalez, pesquisadora e militante do Movimento Negro Unificado

⁴ Maria Lugones (2008) utiliza o termo mulheres de cor, originado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, como um termo de coalizão contra as opressões múltiplas. Ver mais em: Lugones, 2008, p. 75 (primeira nota de rodapé).

na década de 1980. Em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Gonzalez (2019) situa a violência simbólica sobre a mulher negra brasileira, carregada desde o período da escravidão, em que suas classificações se reduziam à figura da empregada doméstica no cotidiano e à “mulata densa do meu samba”, exaltada por meio de sua hipersexualização no carnaval. A autora (Ibid., p. 283) identifica esse lugar de esquecimento, pautado por Lugones como intersecção, como aquele em que “justamente aquela negra anônima, habitante de periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha.” Ao olhar para a intersecção, Gonzalez tensiona as classificações impostas em busca de uma visão verdadeira acerca da experiência da mulher negra no Brasil baseada em opressões sistemáticas e geracionais.

Com base nessa lógica de dominação, intrínseca à colonialidade do poder, e sua relação com aqueles dominados, olhamos para a modernidade como um projeto que articula a linguagem, os discursos e a história a favor de um único modo de viver. A opressão e o extermínio de grupos inferiorizados (negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, e outros) teve um papel central na construção da modernidade, ainda que muitos intelectuais tenham, em certa medida, buscado formas de negociar dentro do projeto colonialista outros caminhos de ação, tendo buscado formas alternativas para o projeto⁵.

Como indicado por Cardoso (2005), construiu-se um mito de que o design teria sido fundado no Brasil entre a inauguração do IAC (1951) e da ESDI (1963),

enquanto na verdade, nesse período, o que aconteceu foi uma ruptura que redirecionou a prática profissional de matriz modernista estimulada em grande parte pelo poder público⁶. Projetava-se assim um Brasil moderno que visava opor-se ao Brasil escravocrata, mas sem efetivamente enfrentar o legado da colonização.

A colonialidade é parte fundamental do projeto de modernização no Brasil, e se construiu nas relações de linguagem, nos meios de produção, nas relações sociais, no ensino, no urbanismo etc. Tais relações constituintes de dominação e opressão ganharam novas nuances com a ascensão tecnológica e a transição para o período neoliberal. A redistribuição dos meios de produção, focada na expansão e no acúmulo de capital, não apenas intensificou as desigualdades já existentes, como construiu relações binárias entre centro (a Europa e os Estados Unidos) e periferia (países pobres abaixo da Linha do Equador). Escobar (2003, p. 57) corrobora essa visão quando coloca que a “globalização implica uma radicalização e universalização da modernidade”.

O DESIGN BRASILEIRO SOB AS LENTES DE PENSAMENTOS INTERSECCIONAL E FRONTEIRIÇO

Como observamos a presença da colonialidade no design brasileiro? Como essa se concretiza na ação projetual? Buscamos responder essas perguntas com o intuito de localizar o design nesses discursos e entender sua posição hegemônica para imaginar possíveis caminhos para suas práticas que se afastam de ideais universais e se aproximam de ideais baseados no pluriverso (ESCOBAR, 2016). A pluriversalidade é relevante para

⁵ Muitos exemplos envolvem a busca por uma modernidade alternativa no Brasil, atuando por meio de gestos disruptivos, embora não visassem romper com a ordem hegemônica nas bases colonialistas (segregação de raça, gênero e sexualidade e divisão do trabalho). Esses exemplos incluem a Semana de Arte Moderna de 1922, que advogava por uma modernidade brasileira, a inauguração de Brasília em 1960, que pautava seu desenho em um modernismo entendido como brasileiro, a fundação do Centro Nacional de Referência Cultural, elaborada por Aloísio Magalhães durante a ditadura militar, o projeto de escola de artes e ofícios, que teria suas atividades conduzidas tanto pelos que executam quanto por aqueles que projetam, elaborado por Lina Bo Bardi no Solar do Unhão em Salvador/BA suprimido pelo governo militar, entre outros. Ver mais em: Cavalcanti, 2001; Jacques, 2019; Anastassakis, 2014.

⁶ Sobre isso, Cardoso (2005, p. 10) sintetiza bem que “fica claro que a implantação no Brasil de uma ideologia do design moderno, entre o final da década de 1950 e o início da de 1960 – em grande parte, patrocinada pelo poder público –, coincide com e integra o esforço maior para inserir o país no novo sistema econômico mundial negociado em Bretton Woods. O Brasil moderno de Getúlio e da Petrobras, de JK e Brasília, de Assis Chateaubriand e do Masp, de Carlos Lacerda e da ESDI pretendia-se um novo modelo de país-aquele “do futuro” –, concluindo a ruptura com o passado arcaico e escravocrata iniciada pelo pensamento republicano positivista.”

pensar em outras práticas de design, baseadas em outras cosmovisões e modos de viver (ESCOBAR, 2016; KRENAK, 2019), que não apenas aquelas instituídas pela modernidade/colonialidade.

Nos apoiamos em duas abordagens de pensamento: o fronteiriço e o interseccional. O pensamento fronteiriço parte da ideia de que há um marco zero do conhecimento na Europa, gerando fronteiras epistêmicas. Baseadas em uma “*ordem de classificação que aqueles que a fizeram se colocam no topo da humanidade*” (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2016, p. 206), são representadas por tipos de “*diferença colonial*”. Essa diferença reflete o modo com que os saberes e as subjetividades são continuamente moldados pelas estruturas do mundo moderno/colonial (Ibid., 207), marcada nos “*encontros, zonas de fronteira, processos de resistência, hibridização, [e] afirmação de diferença cultural*” (ESCOBAR, 2018, p. 94). Assim, o pensamento fronteiriço refere-se a pensar pelas fronteiras, reescrevendo suas epistemologias territoriais. Significa se desprender de uma geografia da razão pautada em uma política teleológica e ego-cêntrica do conhecimento, aproximando-se de outra que pauta o conhecimento na geografia e no corpo. Para tanto, o pensamento fronteiriço requer abrir mão das epistemologias da modernidade ocidental, admitindo que saberes podem ser gerados para além das normas e do controle institucional.

Tlostanova (2017, p. 4) refere-se à colonialidade do design como “*um controle e disciplinamento de nossa percepção e interpretação do mundo, de outros seres humanos e não humanos e coisas de acordo com certos princípios legitimados*”. Trata-se da imposição de um conjunto de “*noções ontológicas, epistêmicas e axiológicas que afetam todo o mundo*”, em que “*alternativas de vida, estruturas sociais, modelos ambientais ou princípios estéticos foram invariavelmente descartados*”. No contexto brasileiro, é necessário admitir o design como força motora do projeto moderno/colonial.

Ainda na estruturação do campo no país, o lema da forma e da função, baseados em uma racionalidade radical, moldaram as instituições de ensino, de modo que suas bases curriculares fossem importadas e adequadas às normativas alemãs⁷. Esses aspectos se espelharam em uma miríade de projetos que carregavam consigo esses ideais estéticos e utilitários da vida moderna, impondo à sociedade uma visão totalitária do que é bom, do que *funciona* (CARDOSO, 2011). Para Cardoso (Idem), essa visão é confrontada apenas nos anos 1960 nos países dominantes, especialmente com a obra de Victor Papanek, e apenas nos 1980 no Brasil. Embora o enfrentamento dessas bases tenha ocorrido na trajetória do campo, a colonialidade se fazia presente, especialmente por meio do princípio de mimetismo, no qual a retórica e os valores espelhados pela modernidade (TLOSTANOVA, 2017) eram tomados como centrais.

O pensamento fronteiriço, portanto, nos ajuda a compreender as inúmeras formas pelas quais o design brasileiro tentou e ainda tenta se moldar ao design hegemônico do Norte Global. Com a diminuição de barreiras na comunicação, essas nuances ficam ainda mais imperceptíveis, no entanto, muito evidentes ao observarmos o foco na acumulação de capital e o benefício de grupos sociais abastados por conta de seus privilégios de raça, gênero, classe e trabalho.

Compreendendo o lugar hegemônico instituído ao design brasileiro, trazemos a segunda abordagem para refletirmos sobre o campo: o pensamento interseccional. A busca em unir esses dois pensamentos tem como o objetivo levantar uma visão mais completa com relação aos processos excludentes produzidos pelo campo. Como mencionado no tópico anterior por meio dos trabalhos de Maria Lugones (2008) e Lélia Gonzalez (2019), o pensamento interseccional possibilita uma leitura que chega aos espaços que estão em es-

⁷No texto “De Costas para o Brasil – O ensino de um design internacionalista” de João de Souza Leite (2014), o autor aponta para o racionalismo incutido na educação em design no Brasil e o modo deliberado com que as bases alemãs foram instauradas no país. Em paralelo, Bruna Montuori (in Braga; Ferreira, 2017), em entrevista com o professor emérito da PUC-Rio, José Ripper, apontou em termos práticos essa imposição de modelo, que gerou uma série de consequências ao ensino de design prescrevendo um ensino eurocêntrico. Aspectos como a escolha dos materiais utilizados, inadequação da estrutura física de laboratórios e horários de trabalho que mimetizavam a rotina de trabalho na Europa, a inferiorização da figura do mestre de ateliê em relação aos professores, entre outros.

quecimento, alocados no encontro entre as diferentes classificações sociais impostas pela modernidade. Para Lugones, a *“interseccionalidade revela o que não é visto quando categorias como gênero e raça são conceituadas como separadas umas das outras”*. É no encontro dessas categorias que é possível enxergar determinados tipos de opressão, invisíveis diante dos discursos da modernidade propagados no campo do design.

O pensamento interseccional, quando aplicado ao design brasileiro, nos permite observar como ações de dominação ocorrem em meio à ação projetual, especialmente com relação a questões de gênero e raça. Quando olhamos o design e pensamos a partir do seu projeto, da sua comercialização, logística de distribuição, e sua reciclagem, mas falhamos ao não observar as relações de trabalho, gênero e raça nos usos, consumos, na produção e no descarte, permitimos que violências epistêmicas (MIGNOLO; TLOSTANOVA 2016) se perpetuem. À medida que o pensamento interseccional nos mostra o que está faltando, ou está escondido, *“temos a frente a tarefa de reconceitualizar a lógica da interseção para evitar a separabilidade”* (LUGONES, 2008, p. 82).

Em seu histórico, o design carrega uma tradição de exclusão de gênero e raça, visível desde a Bauhaus e seu plano de ensino. Ana Julia Almeida e Maria Loschiavo dos Santos (2020) traçam na trajetória de Marta Erps-Breuer, ex-aluna da Bauhaus radicada no Brasil após a década de 1930, como as mulheres estudantes da Bauhaus eram direcionadas para atividades específica delegadas ao fazer feminino, como a tecelagem. No artigo, Almeida e Loschiavo (Idem) apontam os meios pelos quais alunas da Bauhaus atuavam para superar o lugar de exclusão imposto às mulheres. Elas buscavam circular por mais espaços, buscando métodos de trabalho e experimentação artística a fim de adquirir competências adicionais para utilizar em percursos profissionais. Ao trazermos a lente interseccional para esse caso, podemos observar como as interseções das

opressões que afetam as mulheres se dá desde as raízes do ensino em design. Ao mesmo tempo, observamos como essas mesmas mulheres se empenharam para sair dessa interseção por meios alternativos para além da tecelagem e dos ateliês a elas destinados.

REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO DECOLONIAL PARA UM DESIGN PLURIVERSAL

Entre aceites e recusas, o design no Brasil foi construído sob alicerces da modernidade/colonialidade. As reflexões a seguir visam discutir sobre ferramentas que articulam e mantêm a postura hegemônica do design e possíveis brechas a serem ocupadas para a subversão, orientadas a construir um design pluriversal, baseado em uma perspectiva decolonial. Inicialmente, discute-se como o universalismo linguístico, incluindo os discursos e ferramentas de projetos, é responsável pelo achatamento das possibilidades criativas. Dissertamos sobre como os métodos de projetos impõem um modo de funcionamento da sociedade e deixam de considerar certas relações sociais e maneiras plurais de relacionar-se com o mundo. Por fim, serão apresentadas reflexões para a construção de um design com bases de pensamento decolonial.

A acumulação e transmissão do conhecimento se dá pela linguagem, seja ela verbal, visual ou corporal. O filósofo argentino Diego Tatián (2013) apresenta uma reflexão sobre a linguagem utilizada nos congressos internacionais. Segundo o autor, a disputa pela universidade/produção de ciência, se dá entre os que apoiam a sua captação para servir ao mercado e, teoricamente, por consequência, à sociedade, e os que a reivindicam como lugar de resguardo das heteronomias⁸. A normalização de termos universais para a comunicação científica, ainda mais em um idioma único, contribui para

⁸ Aqui usamos heteronomia no sentido de captação das possibilidades de existências autônomas, em outras palavras, ausência de autonomia, na produção de ciência subjugadas às vontades do mercado.

o achatamento dos conhecimentos em debate, já que se esvai dos possíveis acúmulos culturais, das plurais maneiras de sentir e construir a realidade e dos repertórios simbólicos (Ibid., p. 17).

Gonzalez (2019) ressalta que nomes africanos como “*mucama*”, da língua quimbunda, são deslocados e esvaziados de seu sentido original, ocultando os saberes trazidos por seus ascendentes, reapropriados a partir dos interesses da elite dominante em espaços institucionalizados, tal como o dicionário. A autora nos mostra, o tempo todo, como essa mulher (*mucama*), seu homem, irmãos, e filhos são continuamente tratados como objetos, incluindo “*objetos de saber*”. Em suas palavras (Ibid., p. 284), “*é por aí que a gente compreende a resistência de certas análises, que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou sejam, insistem em esquecê-las*”.

No campo do design, o mecanismo do discurso de dominação não é diferente. Como lembrado por Gui Bonsiepe (2011, p. 181) “*o discurso teórico é também discurso de poder, discurso de apropriação*”, a teorização sobre a prática projetual consome a materialidade podendo desvirtuar ou direcionar suas intenções. Ora, se a linguagem que dá sentido ao resultado da prática projetual é planejada, a denominação do processo projetual é um artifício para a dominação.

Se a prática projetual do design também possui suas convenções para seu registro, perpetuação, ampliação, investigação e aplicação no mundo, por meio de técnicas de observação e captação de dados, metodologias projetuais e ferramentas de execução, é necessário considerar que esse conjunto de normas é formador de um discurso específico. O que nós designers fazemos com dados que não sabemos como parametrizar? Com modos de produção que não podemos otimizar? Com corpos que se comportam de maneira que nossos instrumentos não conseguem medir? Ejetamos da nossa esfera de atuação e reduzimos ao *Outro*, ao *design vernacular* ou a outras nomenclaturas excludentes. Sob

a luz dos cânones do design, como podemos entender as produções não reconhecidas como práticas de design?

Se observarmos a dinâmica da produção de cestarias de palha de carnaúba que as artesãs do povoado de Várzea Queimada no Piauí confeccionam para transportar a colheita, podemos constatar que são replicadas por gerações sem estarem registradas em desenhos técnicos; que são produzidas sem consultas a tabelas antropométricas mas a partir dos corpos que as fazem e dos corpos que as utilizam; ou ainda, que usam os métodos projetuais construídos a partir das tecnologias e materiais disponíveis, rotinizadas de acordo com a sazonalidade da carnaubeira (NICOLETTI, 2018).

Para compreender esses processos, há de se pesar a memória, que na definição de Lélia Gonzalez (2019, p. 276-277), considera “como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade”. Há de se considerar que o corpo acumula vivências, resistências, saberes prescritos nesta história não escrita. Essas técnicas do corpo, como coloca o antropólogo Marcel Mauss (2017, p. 421), são as “maneiras como os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo”. Essas memórias não escritas transbordam de maneira recorrente no contexto brasileiro, vistas em outros cenários não só fora do design, mas pontualmente no seu círculo mais íntimo.

Nesse contexto, um exemplo é a atuação de José Zanine Caldas, arquiteto autodidata, junto aos construtores de canoas que as esculpam em tronco único, em Nova Viçosa-BA. Em sua troca com os artesãos, observou as suas habilidades para arredondar a madeira utilizando o enxó⁹, adotando essa técnica na construção de seus móveis, a maioria não seriados (CARVALHO, 2018). Embora fosse alinhado com a construção de uma modernidade, Caldas também se atentava para o potencial criador dos saberes do corpo que faz.

⁹ Ferramenta composta por um cabo e uma lâmina de metal cortante curva.

O discurso de dominação também está nos métodos de projeto, Bonsiepe (2011, p. 226) relata como nos anos 1960 a discussão sobre a relação de ciência e projeto culminava em debates acalorados sobre metodologia porque acreditava-se que o método seria a legitimação do processo projetual “tornando-o mais objetivo das veleidades subjetivas”. Ainda segundo o autor, foi Herbert Simon, representante das ciências do projeto que influenciou grande parte das metodologias projetuais, sua orientação metodológica vinha do campo das engenharias e recomendava “deixar para trás a fase da mera experimentação” (Idem, p. 227). Escobar (2007) reafirma que um discurso econômico que propunha reformar sociedades subdesenvolvidas utiliza de metodologias disciplinares que, de maneira colonial, prescrevem modos de manejar relações, impondo hierarquias para fazer a manutenção de poder. Ainda que esse pragmatismo tenha sido revisto nas últimas décadas, as metodologias projetuais do campo pouco se dispuseram a considerar e tentar entender as tais das “veleidades subjetivas”, ou seja, admite-se limitar as possibilidades de contato da prática projetual em prol de uma suposta validação de uma rigidez científica.

Se essas metodologias de projeto são pautadas em modelos centrados no que é abarcado por modelos rígidos científicos, há de se admitir que excluem o que não conseguem sistematizar. Logo, excluem diversos atores sociais, tecnologias, dados etc., resultando no contínuo apagamento de modos de fazer, viver e existir. Admitindo que essas metodologias têm como ator principal o usuário do produto, também já chamado de público alvo, despreza-se todos os outros atores envolvidos no ciclo de produção, interação e descarte. Para a etapa de produção, por exemplo, não se considera os trabalhadores fabris, seu ambiente e suas interações com suas ferramentas e com seus pares; durante o uso, não considera os empregados aos quais será delegada a manutenção durante o cotidiano e, por fim, não se projeta pensando naqueles que trabalharão na reciclagem do objeto descartado.

Ezio Manzini (2017, p. 44-46) recentemente propõe interpretar de duas maneiras o fazer projetual: *o modo convencional*, que seria uma maneira normatizada de projetar, e *o modo design*, que seria o resultado da capacidade humana de criar. Interpretações como essa, propõem o reconhecimento da capacidade criadora humana, na tentativa de captar soluções geradas fora do campo do design, porém ainda de maneira a estabelecer hierarquias. A disseminação de kits de ferramentas projetuais elaborados por escritórios de design para conduzir a prática projetual entre grupos de pessoas¹⁰ demonstra o quanto o discurso do design é mantenedor de uma estrutura hierárquica. Esses aspectos foram revisitados por Dori Tunstall (2013) quando questiona metodologias estadunidenses como o *design thinking* e o design para inovação, reposicionando seus discursos à luz da perspectiva colonial. Para Tunstall (Ibid., p. 236, tradução nossa) “os valores do *design thinking* derivam de uma narrativa progressiva de salvação global que ignora as formas não ocidentais de pensar enraizadas nas práticas artesanais anteriores ao ocidente (...)” colocando “empresas de design ocidentais em uma posição hierárquica única, permitindo-lhes orientar instituições não ocidentais em como resolver problemas”.

O discurso do design, com seu aparato de métodos e ferramentas, se coloca como um mediador entre a capacidade inventiva das pessoas e suas atuações no mundo. Como bem lembra Bonsiepe (2011, p. 38) “o design e o discurso do design refletem hoje os interesses das economias dominantes que, com a bandeira da globalização, estão procurando organizar o mundo de acordo com seus interesses hegemônicos”. Esses interesses também se prolongam aos meios de produção que o design conduz. Alberto Acosta (2016) denuncia o projeto moderno de imposição de um modelo de desenvolvimento, que buscou implantar uma reedição dos estilos de vida dos países do centro do capital para as periferias. Ao perceber que a imposição de um modelo de dominação sob a retórica do desenvolvimento começou a fissurar nas décadas de 1980 e 1990, renovou-se a proposta colonial por meio de reformas neoliberais, o que por sua vez intensificou os conflitos sociais e problemas am-

¹⁰ Como, por exemplo, da IDEO Human Centered Design Toolkit, ou o da agência NESTA do Reino Unido chamado de DIY (Development, Impact and You).

bientais (Idem, p. 63). Para esses problemas, engendrou-se as armadilhas do “*desenvolvimento sustentável*” ou do “*capitalismo verde*” (Idem p. 86), que nada mais são do que maneiras de justificar/viabilizar uma produção pautada em meios predatórios de lidar com a Natureza e de impor uma maneira de viver que suprime existências plurais. Sobre as consequências desse modelo, Ailton Krenak (2019, p. 52) faz a consideração:

Tem alguma coisa dessas camadas que é quase-humana: uma camada identificada por nós que está sumindo, que está sendo exterminada da interface de humanos muito humanos. Os quase humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida.

Esses milhares de quase humanos são os que também compõem o chamado Pluriverso. O Pluriverso é um conceito trazido ao debate para o campo do design por Arturo Escobar (2018), e refere-se à composição de diferentes modos de habitar o planeta, ou ainda, como o autor gosta de definir utilizando a máxima Zapatista: um mundo onde cabem muitos mundos.

Como proposta para o design promover o Pluriverso, Escobar (Idem, p. 188-189) sugere algumas posturas. Dentre elas, ressalta propiciar condições de criações comunitárias estruturalmente conectadas com ambientes globalizados; criar espaços propícios para os projetos de vida das comunidades e a constituição de sociedades de convívio; considerar a perspectiva da preservação e aprimoramento da autossuficiência quando ocorrer seu envolvimento com atores sociais heterônomos e tecnologias (incluindo mercados, tecnologias digitais, operações extrativistas e assim por diante); e conceber meios eficazes para encorajar eco-

nomias diversas (economias sociais e solidárias, economias alternativas capitalistas e não capitalistas) entre outros. Essas posturas apontam para a formação de cenários de emancipação coletiva, promoção de autonomias e construção de relações cooperativas para reverter a crise humanitária e ambiental. Para Acosta (2016, p. 27):

As pessoas devem organizar-se para recuperar e assumir o controle das próprias vidas. Contudo, já não se trata somente de defender a força de trabalho e de recuperar o tempo livre para os trabalhadores – ou seja, não se trata apenas de opor-se à exploração da mão de obra. Também está em jogo a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos da organização produtiva, causadores da destruição do planeta.

Portanto, a crise humanitária e ambiental está intrinsecamente relacionada à expropriação do controle da própria vida, pelas pessoas e coletivos para manutenção de uma estrutura acumuladora de capital. Explora-se os bens comuns¹¹, incluindo a Natureza, a mão de obra das pessoas para que a riqueza produzida por elas concentre-se nas mãos de poucos. Para reverter esse cenário, Silvia Federici (2014, p. 153) indica que é necessário um “*aumento de consciência a longo prazo, de intercâmbio intercultural e de construção coletiva, junto a todas as comunidades que (...) estão interessadas em reivindicar a recuperação da terra do ponto de vista vital (...)*”, dessa maneira se fortalecerão espaços de autonomia e a “*idéia de que nossa reprodução deve acontecer às custas do resto dos comuns (ou comuneiros) e dos bens comuns do planeta*” será rechaçada.

Um exemplo de construção coletiva a ser citado são as aproximações entre os estudantes de design, integrantes do LaDA/ESDI/UERJ¹², diferentes artistas e figuras intelectuais indígenas, por meio de parcerias da escola com o Museu do Índio no Rio de Janeiro

¹¹ Na definição de Silvia Federici para o que seria o comum: “Temos ar, água e terras comuns, os bens digitais e serviços comuns. Também se descrevem com frequência como comuns os direitos adquiridos (por exemplo, as pensões da previdência social), do mesmo modo que se reúnem nessa denominação os idiomas, as bibliotecas e as produções coletivas de culturas antigas.” Ver mais em: Federici, 2014, p.145-157.

¹² Laboratório de Design e Antropologia da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mais sobre em: <http://ladaesdi.com.br/>

e outros colaboradores. A coordenadora e professora Zoy Anastassakis (2019) narra em seu artigo “É na luta que a gente se encontra” as experiências e trocas com a cosmologia indígena, trazendo aos alunos uma compreensão mais profunda do pensamento nas fronteiras para construir a transição de um pensamento universalista moderno para outro pluriversal.

A prática comunitária, uma das chaves de transformação de um modelo de colonialidade para um outro modelo que é pluriversal, é também parte dos processos para promover a autonomia do ser, segundo Paulo Freire (2015). Para o educador, a prática comunitária está intimamente ligada ao território e passa pelo processo de reconhecimento das identidades culturais que auxiliarão no estímulo à capacidade criadora, libertando as pessoas de modelos impositivos e predatórios de tratar a maneira de estar no mundo. Ainda sobre isso, para Arturo Escobar (2016), um design autônomo emancipado das colonialidades é pautado nessa reafirmação identitária, no direito à territorialidade, em uma linguagem que, como apresentado anteriormente, é descolada de adequações com a finalidade de dominação, e sobretudo, no direito a condições para a busca pela própria autonomia e no direito à construção de uma visão própria de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado procurou relacionar a crítica feita por intelectuais latino-americanos à Modernidade/Colonialidade com o estabelecimento dos cânones do campo do design. O grupo M/C, produtor de estudos proponentes de sociedades pluriversais, portanto decoloniais, serve de amparo para repensar o campo do design. No texto, traçou-se um histórico de como o projeto da Modernidade/Colonialidade conduziu a construção de um design hegemônico, suprimindo e achatando possibilidades criadoras de locais e reforçando desigualdades para servir a um projeto totalitário. Discorremos sobre os mecanismos empregados para sua eficiência e como as ferramentas de desenvolvimento de projetos pelo campo do design estão alinhadas com esses objetivos universalizantes.

Embora ainda haja muitos desafios para o campo, suas oportunidades de atuação que reconhecem os diferentes movimentos a favor de grupos historicamente oprimidos, abrem chances para uma prática orientada para valores comunitários e solidários. As abordagens de pensamentos fronteira e interseccional nos ajudam a jogar luz sobre os vazios, os espaços de apagamento e compreender que o projeto da colonialidade está em constante manutenção. Quando trazidos ao design, sugerem uma reorientação para sua ação projetual, que nada contra a corrente de um discurso que promove o acúmulo primitivo, a favor de um projeto de autossuficiência para comunidades e cuidados aos ecossistemas.

Acreditamos, portanto, que um design alinhado à perspectiva decolonial se coloca à frente de uma missão que abre mão desses objetivos universalizantes a fim de acolher práticas baseadas em relações, em perspectivas comunitárias e pluriversais que suportam outros modos de viver e ser. Trata-se de um processo de design que envolve ações coletivas com atores que estão na intersecção e que têm em seu horizonte o reconhecimento de outras epistemologias e ontologias a fim de nutrir práticas emancipatórias, que apoiam e fortalecem a autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.

ALACIP Grupo de Teoria Política. Primer Encuentro del Ciclo Virtual Cartografías del Pensamiento Político: El tonto y los canallas: notas para un republicanismo trans-moderno. Un diálogo con Santiago Castro-Gómez, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RhRX369QNVY>. Acesso em 16/06/2021.

ALMEIDA, Ana Julia M.; SANTOS, Maria Cecilia Loschiaro dos. *Design and Science, from the Bauhaus to Neotropical Research at USP: The Trajectory of Marta Erps-Breuer*. In: Pages on Arts and Design, n. 18, 2018, p. 146-172.

ANASTASSAKIS, Zoy. Triunfos e impasses: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e a institucionalização do design no Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. “É na luta que a gente se encontra”: o encontro de estudantes de design com os pluriversos indígenas na Escola Superior de Desenho Industrial e no Museu do Índio. Lugar Comum, n. 54, Julho 2019, p. 200-212.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, Brasília, maio-agosto, 2013, p. 89-117.

BONSIEPE, Gui. *Design, cultura e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2011.

CARDOSO, Rafael. *Design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005

_____. *Design para um mundo complexo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CANCLINI, Nestor G. *Las culturas populares en el capitalismo*. Mexico, DF: Nueva Imagen, 1989.

CARVALHO, Amanda B. P. *Projetar e construir com madeira: o legado de José Zanine Caldas*, Dissertação, FAU-USP, 2018.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro*. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESCOBAR, Arturo. *Autonomia y diseño: la realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca Sello editorial, 2016.

_____. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: El perro y la rana, 2007.

_____. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham and London: duke university press, 2018.

_____. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 1995.

_____. *Mundos y Conocimientos de otro modo*. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. In: Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n.1, janeiro-dezembro, 2003, p. 51-86.

FEDERICI, Silvia. *O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva*. In: MORENO, Renata. (Org). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GONZALEZ, Léila. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JACQUES, Paola B. *Montagem de uma outra herança*. Defesa de Livre Docência na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V5puc67kZuw>. Acesso em: 5 Mar. 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEITE, João de S. *De costas para o Brasil: o ensino de um design internacionalista*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MAGALHÃES, Aloisio. *O que o design industrial pode fazer pelo país?* In: Revista Arcos, Rio de Janeiro. v.1, p. 8-12.

_____.; LEITE, J. de S. (orgs.). *Encontros*. Aloisio Magalhães. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

LUGONES, Maria. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu editora, 2017

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs; coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton, Princeton University Press, 2000.

_____. *The Darker Side of Western Modernity*. Global Futures, Decolonial Options. Durham & London: Duke University Press, 2011.

_____. *Colonialidade o lado mais escuro da modernidade*. Revista brasileira de ciências sociais, v 32, n. 94, 2017.

_____.; TLOSTANOVA, Madina V. *Theorizing from the Borders Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge*. European Journal of Social Theory v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MONTUORI, B. F. *Origens e concepção de um curso de design para contextos reais na PUC-Rio: a primeira identidade*. In: BRAGA, M. C. da; FERREIRA, E. C. K. (Orgs). *Histórias do Design no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2017, p. 79-99.

NICOLETTI, Viviane M. *A apropriação do saber fazer artesanal e da imagem do artesanato pelo mercado de luxo*. Dissertação, FAU-USP, 2018.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidad del poder, Eurocentrismo, América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Caracas: Clacso, 2000. p. 201-245.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TATIÁN, Diego. *La lengua del saber*. ABEACHE, ano 3, nº 4, 2013

TORRES, Nelson Maldonado. *On the coloniality of being*. In: Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, 240-270, 2007.

TUNSTALL, Dori. *Decolonizing Design Innovation: Design Anthropology, Critical Anthropology and Indigenous Knowledge*. In: GUNN, Wendy; OTTO, Ton; SMITH, Rachel C. *Design Anthropology: theory and practice*. London: Bloomsbury, 2013, p. 232-250.